

Para presidente do TSE número de candidatos "está grande demais"

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Francisco Rezek, afirmou ontem que o número de candidatos à Presidência da República, que chegou a 28, "está grande demais". Apesar de ainda não ter feito uma análise da situação de cada candidatura (base partidária e currículo dos candidatos, por exemplo), o ministro adiantou que o número poderá cair, por fatores como desistências e possíveis indeferimentos de registro de candidatos.

Dos partidos que enviaram atas de convenção ao TSE, cinco deles estão com o pedido de registro provisório em andamento: PRM, PAS, PS, PTN e o PNAB. "Tudo isso é matéria a ser discutida pelo TSE", salientou Francisco Rezek, referindo-se à possibilidade de esses partidos apresentarem candidaturas presidenciais. Também as biografias dos candidatos serão analisadas, segundo ele. O ministro lembrou que há regras relacionadas com o abuso do poder econômico e certas condenações criminais que tornam inelegível um candidato. O TSE tem até o dia 6 de setembro para julgar os pedidos de impugnação e de registro de candidatos.

CUSTOS

Apesar de estar em recesso, o TSE está trabalhando sobre um projeto definindo como se dará a apuração da eleição presidencial. O ministro Francisco Rezek adiantou que uma previsão inicial de custos aponta para um gasto base de NCz\$ 90 milhões com a eleição. Somente a impressão da cédula eleitoral (150 milhões de unidades, custaria hoje NCz\$ 16 milhões ao TSE. Convém ressaltar, no entanto, que esse valor se refere a apenas uma folha de cédula, onde cabem 22 nomes de candidatos. Se prevalecerem os 28 candidatos, a cédula eleitoral terá que ocupar duas folhas de papel, dobrando para NCz\$ 32 milhões os custos de impressão. E esses valores dizem respeito apenas ao primeiro turno. Apesar de uma torcida silenciosa para que o número de candidatos se reduza, o TSE está pronto para realizar a eleição com o número de candidatos que forem registrados.

MOBILIZAÇÃO

Apesar de ainda estar definindo o trabalho de apuração da eleição presidencial, o TSE já está dando passos concretos para realizar a tarefa. Depois de entendimentos com o governo do Distrito Federal, este cedeu ao TSE as dependências do Centro de Convenções de Brasília, para que se faça ali a centralização



Francisco Rezek

da apuração. Francisco Rezek terá uma sala no local, e no auditório maior, que tem 1.500 lugares, será instalado um telão para que a imprensa e representantes dos partidos possam acompanhar a totalização dos votos.

A partir de 1º de novembro, o TSE vai providenciar a instalação de linhas de telex e telefones, no local, para que a imprensa possa cobrir a apuração. A totalização dos votos, segundo a Secretaria de Informações Eleitorais do TSE, irá acontecendo à medida que for terminando a apuração nos municípios. Todos os resultados serão reproduzidos no telão.

Às 18 horas do dia 15 de novembro (uma hora depois do encerramento da votação em primeiro turno, a Justiça Eleitoral dará início à apuração, que acontecerá nas juntas eleitorais. O prazo final para que seja divulgado o resultado do primeiro turno é 27 de novembro, segundo o calendário eleitoral elaborado pelo TSE. Neste período, as secretarias do TSE e dos Tribunais Regionais Eleitorais permanecerão abertas aos sábados, domingos e feriados.

O segundo turno, de acordo com o calendário, será realizado no dia 17 de dezembro, um domingo. Assim como na primeira votação, a apuração começará às 18 horas deste dia. Até o dia 29 de dezembro, o Brasil já saberá o nome de seu novo presidente.

Para realizar a eleição a Justiça Eleitoral vai mobilizar 1,4 milhão de pessoas, que trabalharão junto às 239.399 mil sessões eleitorais (cada sessão terá seis funcionários distribuídos por todo o País. A secretaria de informações eleitorais do TSE explica também que cada partido pode designar dois fiscais para atuar em cada sessão eleitoral. Na hipótese de permanecerem as 28 candidaturas presidenciais, os seus respectivos partidos, juntos, poderiam mobilizar até 13,4 milhões de pessoas para fiscalizar sessões eleitorais.